

Do desperdício da água ao nojo do outro: corpo, individualidade e as tensões constitutivas das interações em banheiros públicos

Carla Costa Teixeira

Professora Associada do Departamento de Antropologia da UnB

carla.c.teix@gmail.com

Cristina Dias da Silva

Pesquisadora Colaboradora do Departamento de Antropologia da UnB

crisdiasi@yahoo.com.br

RESUMO:

O artigo propõe uma abordagem antropológica sobre os usos da água nos banheiros públicos da Universidade de Brasília. Conduzida por equipe multidisciplinar, o ponto de partida da pesquisa era compreender o modo como a água era usada e se, eventualmente, haveria algum tipo de comportamento que pudesse ser classificado como “desperdício”. Para estudar essa problemática, optamos por um enfoque da água como elemento de mediação da relação entre as instalações dos banheiros e os usuários. A qualificação da experiência dos usuários, assim construída, nos deu a medida da complexidade sobre a conexão entre dois sistemas de classificação atuantes: 1) os significados das noções de descuido, descaso e desperdício para a relação do usuário com o bem público (o espaço do banheiro e sua materialidade) e 2) as orientações de conduta observada entre os usuários e suas antecipações de sujeira, nojo e desconsideração. Através desse mote analítico, são exploradas as relações entre público e privado, corpo e corporalidade e o sentido da confiança na discussão sobre a individualidade do sujeito moderno.

Palavras-chave: Antropologia, Saúde Coletiva, Aprovisionamento Público de Água.

ABSTRACT: *From “Wasting Water” to the Disgust of Other: body, individuality and the constitutive tensions of interactions in public toilets*

This article discusses the use and perceptions of the water in public toilets in the University of Brasilia. The research was carried out by a multidisciplinary team of researchers whose orientation was to understand the way in which water was used and if, occasionally, there would be any kind of behavior that could be classified as “waste”. Our concern was related to an approach of water as an element of mediation to think the set of relations involving toilets’ facilities and its users. The theoretical composition of these spaces, based on user’s day-to-day experiences, made us realize how complex was the relationship between systems of classification where notions as carelessness, neglect, waste predominate as a guide to orientate how users should treat public space and their own anticipations of dirty, disgust and inconsideration. Hence, it is explored relations between public and private, body and corporality, as well as the sense of trust related to a discussion on the modern individuality.

Keywords: Anthropology, Public Health, Water Supply.

RESUMEN: *De lo desecho del agua al disgusto de los otros: cuerpo, individualidad y las tensiones constituyentes de las interacciones en los baños públicos*

El artículo propone un enfoque antropológico de los usos del agua en los baños de la Universidad de Brasilia. Realizado por un equipo multidisciplinario, el punto de partida de la investigación era comprender cómo el agua se utilizaba y si, eventualmente, habría algún tipo de comportamiento que podrían clasificarse como “desecho”. Para estudiar este problema, se optó por centrarse en el agua como un factor mediador de la relación entre las instalaciones y los usuarios de los servicios. La calificación de la experiencia del usuario, así construído, nos dio una medida de la complejidad de la conexión entre dos sistemas de clasificación activos: 1) el significado de los conceptos de negligencia, descuido y derroche a la relación del usuario con el bien público (el espacio cuarto de baño y su materialidad) y 2) las directrices de conducta entre los usuarios y sus anticipaciones de la suciedad, el asco y el desprecio. A través de este tema de análisis se exploran las relaciones entre lo público y privado, el cuerpo y la corporalidad y el sentido de confianza en la discusión de la individualidad del sujeto moderno.

Palabras-clave: Antropología, Salud Pública, Abastecimiento de Agua.

INTRODUÇÃO¹

O presente artigo foi inspirado em reflexões oriundas de uma pesquisa realizada no âmbito da Universidade de Brasília, entre 2006 e 2007, sobre os usos e percepções da água no campus, integrando um conjunto de iniciativas da administração universitária para implantar uma gestão do “uso inteligente” da água. Naquele âmbito, tratava-se de desenvolver uma investigação dos espaços dos banheiros com o propósito de compreender o modo como a água era manipulada nesses espaços e se, eventualmente, haveria algum tipo de comportamento que pudesse ser classificado como “desperdício”. O consumo da água, portanto, era um foco necessário ao objetivo da pesquisa, cujo trabalho de campo envolveu um mapeamento das formas de uso da água, a fim de contemplar a complexidade de elementos que compõem as interações em um espaço específico: os banheiros de acesso público no campus. Tal mapeamento foi considerado indispensável a qualquer planejamento e iniciativa com objetivo de reduzir gastos com a água e propiciar um manejo técnico e humano da água mais confortável e eficiente.

Tomando a experiência dessa pesquisa como um dado de nossa reflexão sobre a água de um ponto de vista antropológico, pretendemos dar visibilidade à problemática que está envolvida no pressuposto,

¹Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito de uma Comissão, nomeada pela Reitoria da UnB em 2005, composta por professores do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental e do Departamento de Antropologia e por engenheiros da Prefeitura do Campus, e recebeu financiamento da Fundação Universidade de Brasília (FUB).

facilmente generalizável, da água como objeto de consumo. Não apenas por causa de sua utilização diversificada no interior da relação entre usuários dos banheiros, mas também pelos diversos sentidos e valores da água como elemento que agrega e ameaça, ao mesmo tempo. Assim, a inspiração teórica para as reflexões ora apresentadas partiu dos anseios em compreender o uso que se fazia da água enquanto elemento mediador nas interações, articulando modos de agir, formas de pensar, concepções de público e privado, de nojo, sujo e limpo. Especialmente, podemos citar a maneira como Durand¹ reflete sobre as narrativas atuais em tono da água enquanto patrimônio coletivo, objeto de consumo, objeto de preservação e que, portanto, aponta para uma polissemia importante sobre a água no que tange a relação entre corporalidade, subjetividade e emoções. Almejando dar visibilidade a esses diferentes contextos nos quais a água se insere de maneira expressiva, a opção de trabalho multidisciplinar permitiu abranger formas plurais de compreensão adequadas ao desafio de escrever e pensar sobre a água hoje.

Desta perspectiva, este artigo apresenta a experiência da pesquisa e a metodologia desenvolvida com o intuito de abranger, desde o momento da elaboração dos dados, as dimensões técnico-material e simbólico-relacional necessárias à compreensão do manejo da água; ao mesmo tempo em que são apresentadas as condições de existência dos banheiros universitários nos quais a investigação foi desenvolvida, num movimento narrativo que por meio de um ir e vir entre as qualidades

materiais e interacionais deste espaço busca respeitar sua complexidade e as conexões internas que lhe são constitutivas.

Ao seguir os fios reflexivos sugeridos pelo desenvolvimento da pesquisa, procuramos compreender os modos observados de usar os banheiros, explorando as relações com as percepções de sujo e limpo propiciadas, de maneira indissociável, por suas instalações e seu manejo compartilhado. Neste percurso a sensação de nojo e o sentimento de desconfiança se destacaram na hierarquia de valores e emoções que pareciam ordenar as interações nos banheiros universitários, bem como a sua qualidade singular enquanto um espaço que embora público era orientado e concebido para o desempenho de funções absolutamente privadas.

É preciso destacar que as atitudes e condutas em relação à água, às instalações sanitárias e aos banheiros que foram suscitadas nas discussões desenvolvidas ao longo da pesquisa multidisciplinar tiveram, aqui, desdobramentos teóricos à luz de uma micro-sociologia histórica das práticas corporais e de higiene^{2,3}. Tais obras nos permitiram ingressar no debate sobre os usos da água por meio de um reconhecimento teórico sobre a ambiguidade constitutiva da água e das noções de público e privado na construção cotidiana de índices de higiene corporal e seu vínculo com a integridade moral dos sujeitos. As emoções puderam, então, ser vistas como recursos/ideias/valores que orientam as ações dos sujeitos e que são negociadas pelos mesmos em virtude de uma lógica de distinção social.

Desse modo, as emoções, sentimentos e sensações que permearam os dados oriundos das pesquisas de campo, principalmente o nojo e a desconfiança, puderam ser problematizados em torno de uma antropologia que entende as emoções como formas de relação^{4,5} e engajamento no mundo social⁶. Nas principais críticas elaboradas pelos autores supracitados, buscam-se diferenciar os estudos das emoções tanto de uma perspectiva “subjetivista” que incrementa retóricas de separação artificial entre sujeito e objeto por meio de um universalismo psicológico ou, ainda, de perspectivas que postulam as emoções como comportamentos instintivos e, portanto, universalizáveis em forma e conteúdo. Rosaldo⁶, especialmente, propõe uma abordagem etnográfica das emoções que enfatiza casos problemáticos em vez de iniciar suas reflexões com presunções universalistas, dando prioridade à construção dos dados como produção teórica *per se*.

O que nossas análises sobre o uso da água em banheiros públicos suscitaram de instigante à reflexão antropológica foi, justamente, a qualidade mediadora da água que compunha os próprios sujeitos na relação com os vasos sanitários, as pias, as descargas, as paredes dos banheiros, etc. Nossa proposta teórica se deteve, assim, em aprofundar os desdobramentos da indissociabilidade entre condições simbólicas e materiais de existência que marcou as experiências da pesquisa multidisciplinar.

A EXPERIÊNCIA DA PESQUISA: ARTICULANDO PERSPECTIVAS

Almejando articular elementos

técnicos e humanos na análise, preocupação que como já anunciado é uma marca de origem desta experiência, constituiu-se um grupo de pesquisa com engenheiros civis e antropólogos participando tanto na coordenação quanto nas diferentes etapas da investigação, sendo este artigo um de seus resultados. Foram selecionados dois espaços no campus para a pesquisa: (1) o Instituto Central de Ciências/ICC, por sua importância no perfil de consumo de água no campus e pela diversidade da composição do corpo discente que abriga; e (2) a Faculdade de Tecnologia/FT, pela facilidade de controle para instalação de equipamentos e monitoramento de uso. Contudo, a consideração acerca da especificidade do uso dos banheiros do Restaurante Universitário/RU levou posteriormente a sua inclusão. Com tal configuração, a investigação foi concebida a partir de três metodologias que deveriam ser desenvolvidas como etapas complementares de modo a permitir referenciá-las mutuamente, ou seja, tratava-se de ao mesmo tempo observar diferentes dimensões do universo em foco e, principalmente, de estabelecer conexões significativas entre elas num exercício de construção metodológica que possibilitasse ir além da superposição de técnicas e informações oriundas de dois campos disciplinares: as engenharias e as ciências sociais.

Assim, na primeira etapa, foi avaliada a infra-estrutura de todos os banheiros das edificações selecionadas. Na segunda etapa, efetuamos uma observação diária da experiência de utilização dos banheiros que conduziu à reflexão mais ampla e complexa da

relação com o espaço público e com o corpo (de si e de outrem). Numa terceira e última etapa, foram distribuídos questionários auto-aplicáveis entre estudantes e professores para mapear ideias e opiniões acerca das condições de uso, limpeza e qualidade dos banheiros, visando pôr em perspectiva os próprios critérios que utilizamos ao definir padrões de qualidade na primeira etapa e delinear as expectativas dos principais frequentadores do campus com relação aos mantenedores deste espaço (administração universitária e funcionários de manutenção).

A ideia fundamental era compreender o problema da gestão e uso da água como uma situação multifacetada, cada uma com aspectos indispensáveis à reflexão sobre a realidade cotidiana de uso da água nos banheiros de acesso geral da universidade. A ênfase nessas experiências cotidianas que orientou a pesquisa pautou-se numa abordagem de cunho antropológico, que considera as interações face a face, em sua micro-sociologia (elementos formais) e no entrelaçamento das perspectivas dos vários sujeitos envolvidos em suas diferentes temporalidades (antecipações e projeções), como primordiais na constituição da vida em sociedade.

Admitimos, destarte, que a pesquisa com pessoas envolve uma dinâmica na qual não há uma relação de causa e efeito comumente considerada em eventos de natureza 'objetiva' e passível, sem grandes perdas, de tradução numérica; não podendo, tampouco, ser reduzida a um inventário de regras e normas de conduta. Para compreender eventos com pessoas não se pode perder de vista a dimensão totalizante

presente em qualquer vivência humana. Isto significa que uma questão como a do uso da água não pode ser pensada, simples e separadamente, a partir de problemas da funcionalidade das instalações, das opiniões dos usuários ou da relação exclusiva entre o indivíduo e a água. Na experiência das pessoas, existe uma significativa complexidade de interações, razões, ideias, emoções e valores atuando simultaneamente, todas elas possuindo um grau de concretude similar, sejam *evidências materiais* ou *evidências simbólicas*⁷. Por isso, a ideia da multiplicidade não é apenas um valor de grandeza, que designa a presença de muitos indivíduos circulando em espaços públicos, ela é uma questão teórico-metodológica que define um olhar específico sobre a realidade investigada. Especialmente, as discussões em antropologia da saúde resultaram frequentemente de um exercício fecundo da constituição de multidisciplinaridades⁸ e que tem se mostrado inseparável do debate acerca das políticas de saúde na atualidade. Por isso, ao longo do artigo, a interface entre saúde e emoções se desenrola em torno da perspectiva pontuada por Mary Douglas⁹ ao problematizar, pioneiramente, a relação entre sujo e limpo como preceitos de uma ordem social, e não como elementos de uma natureza universal, assim como a noção de perigo que orienta atitudes de nojo e desconfiança suscitadas na situação etnográfica que analisamos. Nossa perspectiva teórica reconhece nesse debate fundador de Douglas, portanto, um ponto de inflexão para os campos disciplinares abarcados na pesquisa.

Ao abordar o universo de experiências

envolvendo a água, tanto no que diz respeito às condições materiais das instalações como às opiniões dos usuários sobre essas mesmas instalações, ao mesmo tempo em que refletimos sobre o cotidiano observado nas experiências das pessoas em usar água, tornou-se possível reconstituir o contexto específico dos banheiros universitários. Observar as linhas de continuidade e descontinuidade entre as três etapas da pesquisa implicou em olhar a experiência do usuário de forma abrangente e totalizante, tornando mediado, fluido e contínuo algo que nas análises se torna, muitas vezes, isolado, difuso e desconexo. Assim, a relação de complementaridade de informações e dados nos possibilitou pensar a realidade do uso da água e dos banheiros da universidade de forma dinâmica e aberta, na expectativa de que as ideias aqui apresentadas sejam tanto elucidativas quanto propiciadoras de desdobramentos nas investigações em campos disciplinares distintos.

ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DOS USOS DA ÁGUA E DOS BANHEIROS: CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Podemos afirmar que os dados referentes à etapa de verificação das condições técnicas das instalações surpreenderam o senso comum negativo sobre os banheiros no campus, tanto no que se refere à quantidade quanto a sua qualidade. Um contraste que se mostrou revelador de percepções e usos muitas vezes insuspeitos aos diferentes frequentadores da universidade.

A pesquisa revelou um grande número

de banheiros nos espaços pesquisados e, nestes, a elevada porcentagem de banheiros de uso restrito. Foram identificados 218 banheiros sendo 160 de acesso limitado por algum tipo de trancamento, ou seja, 73% do total destes banheiros, concentrados principalmente no subsolo, só podem ser utilizados por aqueles (em geral professores e funcionários de departamentos ou laboratórios) que possuem a chave de acesso. Sem a devida qualificação esta informação poderia sugerir apenas mais uma privatização do bem público que com tanta freqüência é considerada pelo senso comum, e por cientistas sociais inspirados pelo “familismo amoral” de Banfield¹⁰, tipificador de certa brasilidade. Embora esta hipótese tenha se verificado em algumas poucas situações, o quadro apresenta uma trama mais complexa.

Tal manejo do espaço público quando considerado mais detalhadamente adquiriu outros significados, revelando-se uma estratégia, por um lado, de *preservação*, nem sempre bem sucedida, da qualidade material (equipamentos e manutenção) destes espaços pelo controle de quem pode ou não utilizá-los; e, por outro, de *diversificação dos usos* que, necessários para alguns dos freqüentadores do campus, estão além dos previstos nestas instalações. Assim, encontramos alguns banheiros transformados em depósito para fins diversos (materiais de limpeza, entulhos, etc.) e outros adaptados para práticas higiênicas de banho e lavagem de peças de uso pessoal, apontando para os limites de se pensar o campus a partir apenas da composição professores e alunos

e da relação de ensino e pesquisa, que exclui de seu planejamento as centenas de funcionários de serviços que pela natureza de seu trabalho muitas vezes ocupam o campus com funções de manutenção que não se enquadram na produção intelectual e nem no serviço burocrático e apresentam dinâmicas singulares. Um desdobramento previsto, mas que não chegou a se realizar, diz respeito à pesquisa sobre os serviços de limpeza e de jardinagem; num reconhecimento não apenas da importância de se compreender os usos diferenciados da água nestas funções, mas também da necessária inclusão desses funcionários na concepção da vida universitária por meio de um mapeamento da sua rotina e modos de ocupação do campus com relação, por exemplo, aos espaços para higiene pessoal e de descanso.

Ao avaliarmos as *condições materiais do ambiente* como um todo, foi fundamental produzir um consenso, construído coletivamente, a respeito da qualificação atribuída a cada item observado: paredes, tetos, pisos, iluminação, lavatórios e sanitários. Assim, as instalações foram fotografadas e para cada item foi proposto um padrão de ótimo, bom, regular e ruim a ser compartilhado pelos pesquisadores em campo. Este consenso se baseou, sobretudo, na funcionalidade das peças, isto é, se torneiras e descargas apresentavam vazamentos ou estavam desreguladas, se os pisos revelavam avarias na colocação, se havia buracos nas paredes, lâmpadas em número suficiente, entre outras. Contudo, e este talvez seja o dado mais relevante a ser considerado, vimos não ser este o único

critério acionado pelos usuários, tanto nas opiniões dadas através dos questionários, quanto nas observações do cotidiano nos banheiros feitas pelos pesquisadores: a soma do julgamento dos itens observados e classificados pelos pesquisadores e pelos próprios entrevistados não correspondeu ao juízo de valor atribuído ao conjunto.

Assim, a avaliação das condições físicas dos banheiros exigiu ir além da reflexão funcional que, na verdade, se mostrou insuficiente em meio ao feixe de causalidades técnicas e relacionais que se delineava. A investigação do uso da água nos banheiros envolveu tanto sabermos quais problemas de instalações existiam, em que proporção e de que variáveis dependiam (técnicas e humanas); bem como a compreensão de que o próprio mapeamento de tais problemas, proporção e variáveis dependiam de um determinado parâmetro que mostrou não ser excludente de outros critérios e tampouco universalmente compartilhado. Por exemplo, do total de estudantes entrevistados na pesquisa de opinião – cuja margem de erro foi de 4,2% – 1/3 declarou que as condições de limpeza dos banheiros não eram boas, tendo como referência as peças de banheiro como o piso, as torneiras, os vasos sanitários e as descargas. Este último item chegou a atingir o índice de 45,5% na avaliação dos estudantes insatisfeitos e se somarmos esse número ao daqueles que declararam encontrar a descarga com algum tipo de defeito “sempre”, esse índice sobe para 58,6%.

Ao refletirmos detidamente sobre tais resultados, percebemos que as incongruências se davam apenas num plano

superficial de análise; pois, claramente, os parâmetros por nós elaborados para compor o relatório da etapa técnica não esgotavam os parâmetros considerados por estudantes e professores expressos nos questionários. A relação com os banheiros da UnB revelou-se plena de conexões com o imaginário social mais amplo que os frequentadores têm em torno de si (subjetividade e corporalidade) e do espaço público, particularmente quando este espaço é um banheiro. No trabalho pioneiro de Osório¹¹ e mais recentemente em Delabrida¹² a espacialidade do banheiro público também é pensada como categoria analítica. A aparência do lugar, a relação com as peças materiais que compõe o banheiro e as orientações de conduta dos usuários nesses espaços constituem uma confluência de significados para compreender as intersecções entre público e privado desde um ponto de vista do sujeito nas interações cotidianas.

TENSÕES CONSTITUTIVAS DO BANHEIRO PÚBLICO: NOJO, DESCONFIANÇA E INTEGRIDADE MORAL DO SUJEITO

Para escapar ao esquema teórico universalista sobre “as emoções”, tomamos o cuidado de refletir sobre dicotomias especialmente operantes em contextos explicitamente vinculados às sensações e sentimentos aqui abordados como, por exemplo, as dicotomias entre público/privado e individual/social. Assim, a exploração das noções de “sujo” e “limpo”, como categorias que expressam sentidos construídos a partir das experiências com o espaço e sua ordenação, indicou as trilhas a seguir na compreensão de outros parâmetros necessários para referenciar as

situações pesquisadas.

Se um vazamento não deixa de ser um problema importante a ser resolvido, e que também é como tal percebido pelos usuários, as pias e vasos sanitários encardidos, paredes com manchas e aparentemente sujas, luminosidade precária, poças de água no chão, mesmo que não apresentem nenhum odor específico, são itens extremamente importantes na orientação da ação cotidiana e no juízo de valor atribuído a este espaço. Especificamente nos banheiros masculinos, foi observado que as poças de água no chão deveram-se à improvisação de secar as mãos balançando-as no ar, como alternativa à ausência de papel toalha.

Ao entrarem num banheiro do campus, estudantes e professores (mas avaliamos que também se poderia estender tal ponderação para outros frequentadores não contemplados especificamente no universo de investigação) parecem guiar suas atitudes por uma gama de valores, concepções e sensações muito mais ampla do que o aspecto funcional e instrumental das peças do banheiro. O horizonte acionado quando se está na posição de usuário é totalizador e propiciador de uma hierarquização imediata dos elementos presentes na avaliação do ambiente em seu conjunto. É como se ao entrar no banheiro o usuário percebesse e avaliasse sensitivamente, pela visão e olfato, o todo antes mesmo de se dar conta das partes que o compõem e, com frequência, posteriormente ao ser indagado sobre as partes separadamente não as avaliasse da mesma forma. Por isso mesmo, a etapa de avaliação de infra-estrutura foi de extrema importância ao nos mostrar que havia

diferenças marcantes na maneira como pesquisadores, orientados pelo objetivo de uma vistoria técnica, estavam classificando o espaço dos banheiros e a maneira como os demais estudantes e professores, na condição de usuários, o estavam fazendo.

A noção de sujo, então, nos indicava dois pontos a serem destacados: primeiro que a definição de sujo ou impróprio depende de referências que se definem conforme o contexto específico e o ponto de vista a partir do qual se está observando; e segundo que a dimensão da experiência em lidar com o sujo está permeada pela ideia do “perigo”, que não parece guardar uma afinidade imediata com as noções epidemiológicas de risco e contágio⁹. Abordar a sujeira desta perspectiva permitiu, por exemplo, compreender o fato das pessoas evitarem sentar nos vasos sanitários (mesmo nos banheiros que julgavam ser adequados) e, por vezes, sequer usarem as mãos para levantar a tampa dos vasos preferindo fazê-lo com os pés, ao mesmo tempo em que frequentemente não lavavam as próprias mãos após utilizarem os sanitários e mictórios. O que poderia parecer paradoxal do ponto de vista dos cuidados de higiene antecipados em um roteiro de conduta adequada aos banheiros revelar-se-ia pleno de sentido^{13,14}.

Deste ângulo, a compreensão das atitudes dos usuários nos banheiros universitários exigiu a compreensão desse espaço público específico: o banheiro com suas pias, privadas e mictórios de uso amplamente compartilhado por desconhecidos. Tal composição revelou-se fundamental ao configurá-lo e inserir

os que nele se encontram em uma gama de concepções e ideias que conformam a imagem acerca de um *espaço público* no qual se vivencia uma relação delicada entre *público e privado*, constituindo um ambiente que carrega de forma contundente ambiguidade entre estes dois valores, igualmente importantes e reconhecidos socialmente. Nesse momento, é preciso destacar dois níveis de análise relacionados, no que concerne à noção de público: (a) o público enquanto *qualidade do lugar*, ou seja, uso geral, comum, no qual as pessoas desconhecem o lugar em si, mesmo que já tenham usado o mesmo banheiro várias vezes; (b) público enquanto *qualidade da relação* da pessoa com o lugar, em que se revela uma tensão permanente entre o lugar e as ações historicamente concebidas como íntimas² a serem realizadas nesses locais. Desta perspectiva, a experiência do banheiro público como um lugar de passagem, relativamente desconhecido, tanto no que se refere aos demais usuários quanto à capacidade de antecipação da condição que se irá encontrar na próxima vez que se for a este espaço, adquiriu novos significados a partir da sua inclusão no horizonte da relação entre esses dois aspectos complementares e indissociáveis da ideia de público como adjetivo de um espaço e que é, ao mesmo tempo, substantivo de uma relação entre as pessoas e os espaços.

Se a orientação de conduta utilizada nos banheiros particulares ou residenciais parece ter como principal critério a relação de familiaridade com o ambiente, porque nele se pode intervir, antecipar a relação com o espaço e com seus frequentadores

e, talvez por isso, sejam considerados limpos, no banheiro público a lógica se inverte: a princípio as peças são sujas e devem ser evitadas e não se pode modificar este ambiente ou sequer se cogita essa possibilidade - mesmo que indiretamente solicitando da administração universitária o conserto da avaria ou a reposição do material de higiene. A própria noção de que um banheiro pode ser público desvela um contraste típico do agir civilizado, dentro do qual o estatuto das práticas corporais aponta para a integridade moral dos sujeitos, não sendo estas práticas apenas conteúdos educativos adquiridos, mas práticas que possuem usos expressivos de distinção social.

Nesse sentido, agregam-se dois aspectos relevantes para análise das experiências com este espaço público: ao mesmo tempo em que seria vivido como próximo e acessível, ele também estaria distante e apartado. A não confiabilidade na administração para cuidar destes espaços se misturou com a não confiança em relação aos demais usuários. Do total de estudantes e professores entrevistados - 525 e 29, respectivamente - parte significativa dos estudantes (38%) e dos professores (59%) atribuiu as situações de depredação encontradas no campus à “má administração”, “falta de manutenção adequada”, “falta de recursos e/ou investimentos”, “falta de fiscalização e vigilância”; mas um elevado percentual (35% dos estudantes e 28% dos professores) também responsabilizou a “má educação, falta de consciência e cuidado dos usuários”. Ainda, a grande maioria dos

estudantes (80%) declarou não informar aos funcionários quando encontravam algo danificado, enquanto entre os professores este percentual foi bem menor (apenas 28%). Contudo, se mais de 1/3 dos professores (38%) disse informar à administração, predominou também a declaração de insatisfação ou desconhecimento com o atendimento prestado após a reclamação: 35% disseram que o conserto demorou a ser feito e 48% sequer souberam responder a esta indagação.

Sejam institucionais ou interpessoais, o que parece predominar no ambiente do campus são *relações de desconfiança*¹⁵, sobretudo no espaço dos banheiros públicos por agregarem uma ambiguidade entre lugar público, freqüentado por desconhecidos, e a realização de ações privadas, na qual há uma noção de perigo implicada. Os usuários dos banheiros não confiam no uso que os demais fazem dos equipamentos evitando manipulá-los, não confiam na administração para gerir e preservar o espaço do campus, não confiam nos funcionários para reparar os problemas encontrados... Desta forma, a *desconfiança* e a *ambivalência na atribuição da responsabilidade* à administração (em sentido amplo) e aos próprios usuários se expressam e atualizam em condutas que, como formas alternativas de lidar com as limitações de infra-estrutura e manutenção, muitas vezes contribuem para piorar as condições dos banheiros. Assim, observou-se que na ausência de um lugar apropriado para apoiar livros, cadernos e mochilas, usam-se como apoio pias, suportes de papel, divisórias das cabines, gerando um desgaste mais acelerado das peças que não foram

projetadas para suportar volumes deste tipo; diante de um sanitário contendo urina ou fezes, não se aciona a descarga e procura-se outra cabine para uso, contribuindo para a intensificação do processo de encardimento das louças; ao se deparar com a tampa do vaso sanitário suja, utilizam-se os pés para erguê-la e tornar o sanitário “funcional”, ao mesmo tempo concorrendo para torná-la mais suja e danificada.

Especialmente interessante nesse processo de compreensão da lógica que permeia a experiência nos banheiros públicos é que da mesma forma que os usuários apresentam comportamentos classificáveis como comportamentos que “depredam as peças” e que, portanto, expressariam uma “falta de consciência do usuário” para com o bem público, eles têm atitudes que contribuem, por razões diversas e insuspeitas antes da pesquisa, para a economia de água no campus. Nos relatos colhidos na observação direta feita nos banheiros, era raro e incomum ver usuários com a torneira aberta enquanto escovavam os dentes, por exemplo; uma imagem que povoa quase todas as campanhas de combate ao desperdício da água e que por isso recebeu especial atenção dos pesquisadores. Esses registros foram feitos tanto nos banheiros femininos quanto nos masculinos, com destaque para a observação no restaurante universitário, por seu elevado número de usuários nas horas do almoço e jantar escovando os dentes após a refeição. Nas palavras de nossos pesquisadores de campo:

Com relação ao uso dos lavatórios não percebi ninguém que deixasse a torneira aberta ao escovar os dentes (pesquisador

Flávio Abdalla – Engenharia Civil e Ambiental).

Sobre o momento da escovação dos dentes, não notei, como poderia se supor, que há um grande gasto de água. Eu prestei muita atenção em como a torneira era usada, pois no caso do RU [restaurante universitário], todas são de registro. Pouquíssimas deixavam a água escorrendo enquanto escovavam os dentes. A cena mais típica em minha memória era daquela que enquanto escovava com uma mão, a outra estava apoiada no registro, para acioná-lo no momento que fosse necessário (pesquisadora Emília Borges – Ciências Sociais).

Se o espaço público fosse apenas um conceito linear e unidimensional, e que caracterizasse uma relação de “falta de consciência” e “vandalismo”, as pessoas não apenas “danificariam” as peças como descuidariam da água, deixando as torneiras abertas e acionando demoradamente as descargas. Se isto não ocorre, essa é a nossa interpretação, é porque a lógica das ações e atitudes nesses banheiros parece ser orientada, não pelo descaso com o espaço público, mas pelo sentimento de desconfiança do outro e pela sensação que antecipa o sujo; o que sugere pouco zelo do usuário pela preservação dos equipamentos dos banheiros dever-se-ia principalmente à experiência de “nojo” que esses espaços propiciam. Referimo-nos à dimensão simbólica da sujeira que remete à aversão física e à evitação do contato.

Se o que é considerado sujo pode levar ao nojo quando suscita emoções portadoras de forte fisicalidade, no entanto não deve ser entendido de forma naturalizada, como se fosse possível definir de forma absoluta o que é sujo e o que é limpo ou, ainda, como se

a aversão suscitada no nojo fosse uma reação instintiva e não mediada por experiências culturais e historicamente localizadas^{9,16}. O nojo não é um termo que designa uma relação *à priori*, requer ser escrutinado a cada vez que for observado. No contexto mais geral deste trabalho, o desencadeamento de sentimentos e sensações de nojo e repulsa pode ser relacionado a situações em que o usuário se sente repellido a ter algum tipo de contato corporal (olfativo, tátil e/ou visual) com as instalações sanitárias, principalmente os assentos sanitários e as tampas dos assentos, por sua freqüente não dissociabilidade para com os dejetos de outros, e que o leva a uma conduta de aversão pela *sensação de perigo de contaminação* simbólica e material que tais situações podem produzir. As pessoas que utilizaram os pés para abrir as tampas dos vasos sanitários ou para acionar a descarga, bem como aquelas que ao encontrarem os vasos sanitários tampados mudaram de cabine sem verificar o seu interior são bons exemplos para compreendermos em que nível de experiência o nojo apareceu imbricado. Não apenas os objetos produzem nojo, mas o produzem pela antecipação de terem sido manipulados por outros. Desta perspectiva, a sujeira nos banheiros parece ser vista pelo usuário como algo que não pode remover indiretamente, pela inoperância administrativa, e que não deve diretamente fazê-lo, pela repugnância que suscita, tendo, portanto, que com ela lidar e adaptar-se: evitar o contato com o sujo, criar estratégias para ultrapassar a sujeira e, assim, utilizar o banheiro. Com freqüência, então, adota-se posicionamentos que terminam por contribuir para que as condições do

banheiro piorem.

Se o nojo e a repugnância pareceram estar relacionados com a aversão ao contato com fluidos corporais, contudo era muito freqüente que os usuários não lavassem as próprias mãos após usarem o sanitário e o mictório, independente da presença ou não dos meios (sabonete, papel-toalha, etc.) para fazê-lo. Neste sentido, ou os próprios fluidos corporais não seriam encarados como nojentos ou, essa é a nossa compreensão, a repulsa a entrar em contato com fluidos alheios no manuseio das torneiras seria maior do que conviver com os seus próprios. A sensação de nojo assim parece remeter a uma atribuição antecipada de significado negativo aos demais usuários dos banheiros que estaria, por sua vez, diretamente vinculada e reforçada pela aparência dos mictórios e sanitários, conservação e manutenção das peças dos banheiros e pela forma que os freqüentadores em geral usariam os espaços dos banheiros. Assim, na relação entre esses dois aspectos do nojo (antecipação negativa do outro e a aparência do banheiro como indicador dessa negatividade), insere-se a compreensão da observação que encontramos nos relatos de campo sobre o fato de que se a descarga do sanitário quase não é acionada, a dos mictórios é praticamente ignorada. O motivo mais recorrente, nesse caso, foi a repulsa que os usuários expressaram por terem de tocar no acionador que, pela sua configuração, exigia um contato mais prolongado para ser acionado numa composição material em que o próprio uso do mictório, em estilo “canaleta” e de uso compartilhado, exigia maior proximidade com os demais usuários –

como também sugere a etnografia de Oring¹⁷ sobre banheiros públicos masculinos.

Em geral, nos mictórios utiliza-se ainda menos a descarga do que nas cabines de vasos sanitários, embora também nestas o uso seja reduzido. (pesquisador Pedro MacDowell – Ciências Sociais).

Nos mictórios de descarga tipo registro, observa-se uma unanimidade nas atitudes, isto é, os usuários não acionam a descarga. Nos mictórios coletivos, o mesmo é observado, até mesmo pelo fato de todos serem de descarga tipo registro. No entanto, por vezes, observa-se que um funcionário, antes da lavagem do banheiro, abre o registro da descarga e deixa, por um período (5 a 10min), a água correr. (pesquisador Matheus Borges – Engenharia Civil e Ambiental).

Para compreender essa relação, há que considerar que estas classificações se referem, de forma mais ampla, à construção da *individualidade do sujeito moderno*, manifesta em situações tanto mais formais como mais corriqueiras, incluindo entre essa última, certamente, o uso de banheiros públicos. Trabalhos ^{2,3} que vêm desenvolvendo teoricamente a noção de indivíduo moderno em sua relação indissociável com nossa ideia de civilização, nos ajudam a compreender como os hábitos construídos em torno de nossos corpos e a observância aos nossos fluidos corporais tornaram-se fundamentais para conferir a integridade moral de um sujeito que, assim como os limites físicos de seu corpo, veio a ser pensado como portador de uma realidade independente e simultaneamente física e moral. Reconhecer essa esfera que relaciona o corpo com um tipo de individualidade foi fundamental para dar sentido à relação tensa que indivíduos modernos têm com o

espaço público, sobretudo nos banheiros, e em especial com a água que pareceu ser um conector, aí nem sempre desejável, entre indivíduos.

Se a atribuição da qualidade de sujo é uma forma legítima de construir critérios, o nojo é a explicitação mais imediata e corporal dessa reação ao “perigo” representado por um tipo de sujeira: o de matérias líquidas, pegajosas, com odores que remetem ou antecipam fluidos corporais. Desse modo, as duas situações aparentemente contraditórias: o zelo para não desperdiçar água durante a escovação de dentes e o comportamento que desgasta as peças dos banheiros por “descuido” dos usuários, revelam-se congruentes quando remetidas ao conceito de público como qualidade de uma relação entre o usuário e o banheiro em seus diferentes componentes (conforme explicado anteriormente ao diferenciarmos o público enquanto qualidade de um lugar e qualidade de uma relação). Segundo os usuários, mesmo nos banheiros considerados em condições de uso, e mais bem avaliados no item limpeza, a maior parte das pessoas dizia não se sentir à vontade para usar o assento sanitário, o que conduz a formas de uso “não normativas” que podem interferir diretamente na manutenção da limpeza das cabines. Esta situação aponta para uma relação com a coisa pública na qual os valores de desconfiança, mais do que de desrespeito estariam sendo acionados – pois esse tipo de conduta não parece guardar conexões de sentido com o senso comum de que no Brasil o que é público não é considerado de todos, mas de ninguém.

O banheiro, ao mesmo tempo em

que, tomado em si, é capaz de sintetizar em sua existência o próprio valor que damos a diferentes dimensões do indivíduo moderno (privacidade, consideração, pudor, corporalidade etc.), quando transformado num espaço público, coloca os sujeitos numa situação liminar, nas margens entre espaços e temporalidades públicas e privadas, que pode interferir na sua concepção de si e de outrem. Se o perigo está no outro, ou ainda, nos fluidos corporais do outro, provocando reações de nojo e evitação com as peças dos banheiros, é preciso destacar que nem todos os “estranhos” provocam essa reação - o que reforça a irredutibilidade do nojo às noções infecto-contagiosas de risco. No banheiro feminino do restaurante universitário, por exemplo, ao mesmo tempo em que os papéis toalha que eram deixados molhados na bancada das pias eram vistos com nojo pelas usuárias que não os removiam, tinha-se o costume de utilizar para higiene íntima no interior das cabines pedaços de papel higiênico separados manualmente pelas funcionárias de limpeza. Ora, se fossemos levar a cabo a relação de nojo com a concepção epidemiológica da realidade, esse exemplo representaria um paradoxo incompreensível: se ambos os papéis poderiam estar contaminados – epidemiologicamente é possível dizer que sim para os dois casos – porque se considera um sujo e o outro limpo?

Podemos entender tal exemplo, porém, considerando que a bancada é utilizada por muitas pessoas indiferenciadas além de produzir um efeito estético de viscosidade e desordem; já a funcionária da limpeza não está inserida da mesma forma na

alteridade depreciada porque é identificada como funcionária de *limpeza*, possui uma autoridade diferenciada e ordenadora, sendo assim institucionalmente conhecida e reconhecida por sua função – embora as pessoas que a exerçam não sejam sempre as mesmas. Talvez, por isso, os próprios pesquisadores não tenham questionado o uso desse papel higiênico num primeiro momento da pesquisa, pois o paradoxo só foi percebido quando fizemos um exercício de estranhamento sobre a propriedade puramente higiênica em suas conexões infecto-contagiosas contidas nas ações das pessoas.

A construção de um espaço público, como um banheiro, em que ações consideradas extremamente íntimas e individuais são realizadas, depende de uma conjunção de fatores que operam simultaneamente. Assim, se em alguns banheiros as peças aparentemente novas indicaram aos freqüentadores uma *temporalidade* (relação tempo-espço) mais adequada aos valores individuais, também a manutenção constante foi capaz de promover diferença na percepção e ação dos usuários nos banheiros, como por exemplo, o banheiro feminino do restaurante universitário, que apesar de ter aspecto mais antigo, tinha um acompanhamento de funcionários de limpeza que conferiam uma relação de maior confiança, pois emitiam indícios de que havia cuidados constantes que amenizavam essa “proximidade indevida” com outros e diminuíam a sensação de nojo, aumentavam a confiança institucional (administração do campus) e, conseqüentemente, diminuíam as atitudes

potencialmente danosas às instalações dos banheiros.

O problema antropológico que surgiu ao analisarmos o uso dos banheiros no campus, portanto, poderia ser delineado da seguinte forma: se não há como utilizar as instalações sem correr riscos, e o perigo é reproduzido sistematicamente por outrem (individual ou institucional), não há também como estabelecer um vínculo particular e individual com um espaço que seria, por sua função social, indevidamente público e potencialmente ameaçador das fronteiras da existência individual mais imediata, o seu corpo. As freqüentes ações de não tocar nos equipamentos, não se lavar, pisar nos vasos sanitários, entre outras, adquirem assim novo significado se consideradas como atitudes amplamente relacionadas à construção e manutenção do status de indivíduo e sua singularidade. É sobre este perigo, especificamente, que chamamos atenção quando a questão do nojo apareceu ao longo da pesquisa, pois não se tratava de um perigo físico, embora este pudesse estar presente, mas de uma potencial ameaça à própria integridade moral do sujeito. Permanece, contudo, o desafio de considerar os desdobramentos deste perigo, ou seja, da atribuição de nojo ao outro, para as interações sociais em geral e não apenas para as atitudes no banheiro público e nos usos da água. No intuito de colaborar nesta direção, em nossas considerações finais apontamos algumas reflexões sobre as potenciais disjunções produzidas por este tipo de emoção e sensação, cientes de que tal empreitada requer investigações próprias e consiste em uma agenda em si

cuja relevância apenas anunciamos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando começamos a refletir sobre a lógica de uso da água nos banheiros, vimos que tal discussão era indissociável de uma reflexão sobre o espaço do banheiro como um todo. Seria precipitado afirmar ao término da investigação que as pessoas não usam tanta água quanto deveriam. Se observarmos um uso normativo e “higiênico” dos banheiros, sem dúvida, o desperdício de água não seria uma atitude cotidiana nos banheiros do campus porque essa não parecia ser uma saída eficaz para os usuários: usar mais água não tornaria o ambiente do banheiro melhor, porque não diminuiria a tensão entre a esfera do público e do individual, assim como entre o sujo e o limpo. Assim, o vínculo comumente feito entre desperdício e desprezo pelo que é público apresenta um quadro mais complexo do ponto de vista antropológico ao esmiuçarmos a dinâmica do uso da água entre corpos, sujeitos e espaços. A qualificação do espaço do banheiro embasada nas experiências cotidianas nos deu a medida da complexidade envolvida na relação entre sistemas de classificação onde predominam noções como “descuido”, “descaso”, “desperdício” adjetivadoras da relação do usuário com o bem público (e conseqüentemente das ações institucionais que pretendem modificar esta relação) e as orientações de conduta observada entre os usuários com suas antecipações de sujeira, nojo, desconfiança e desconsideração. Vimos que esses termos, na verdade, representam bem o paradoxo que permeia as relações estabelecidas no espaço público, por meio do qual tentamos manter nosso valor como

indivíduos em interação num espaço físico-moral. O banheiro é um caso emblemático, por ser um dos lugares no qual a construção do “indivíduo moderno” estabeleceu suas bases ^{2,3}. Sua qualidade emblemática só faz sentido quando compreendemos o corpo e seus fluidos como elementos cujo compartilhar é interdito e, por isso, quando inserimos esse corpo num espaço e tempo públicos, empurramos suas interdições ao limite. O incômodo com os outros, e as mudanças de atitudes e comportamento em torno desse outro ameaçador, parece ser o eixo principal em torno do qual, pelo menos foi o que nossa incursão etnográfica nos levou a concluir, devemos compreender os usos dos banheiros e da água nestes espaços.

A perspectiva desenvolvida ao longo da pesquisa sobre a água, não apenas como elemento higiênico e de consumo, mas como evidência de múltiplas ambiguidades na forma de relacionar-se com o outro nos proporcionou, assim, um modo diferenciado de olhar a realidade dos banheiros. A água tornou-se o elemento primordial a ser contextualizado. Primeiro, o discurso da água como bem natural a ser preservado não fazia sentido àquele contexto permeado de fluxos corporais para os quais a água se transformava num meio imperfeito e ambíguo de limpeza. Nesse sentido, não se tratou de substituir o foco de atenção de um objeto (água) para outro (usuários), mas, antes, de compreendê-la segundo sua propriedade mediadora capaz de interagir e estar entre, relacionando a todos indevidamente enquanto usuários de um banheiro público. Tratou-se de desvelar uma

dimensão na qual as emoções e sentimentos processam ambiguidades e ambivalências envolvidas nos mecanismos simbólicos de representação da água e dos banheiros. Em segundo lugar, na maior parte das vezes, a água em si não era tão importante quanto seu percurso. Portanto, a água que saía da torneira e molhava o chão ou se empoçava nas pias não era nunca “a mesma água” que lavava as mãos, uma sendo evitada e motivo de nojo, enquanto a outra poderia ser considerada boa para uso. As antíteses eram formadas a partir da experiência com a água e os demais elementos (pessoas e coisas) do banheiro público, e nunca sobre suas propriedades essenciais, embora esta também represente uma dimensão cognitiva importante que precisa ser mais bem estudada. Em nosso caso, ficou claro que o estatuto significativo da água estava mais relacionado ao estado da torneira que a conduzia, a maneira como se empossava no chão ou nas bancadas das pias, à umidade adivinhada nos registros de descarga em meio a tantos outros aspectos que denotavam e suscitavam usos diferenciados dos banheiros inevitavelmente compartilhados.

No percurso da água nos banheiros universitários, pudemos recortar as atitudes nos banheiros como uma forma de assegurar um lugar apropriado para si num espaço físico-moral em que seria inevitável manter relações de proximidade indesejadas com estranhos. Assim, observamos o movimento de restringir o acesso aos banheiros e, desta forma, controlar o outro com quem se partilharia as funções corporais privadas, tornando-o mais parecido consigo mesmo: professores, estudantes e funcionários de

um mesmo departamento ou laboratório. Quando tal restrição não ocorreu – este foi nosso universo de investigação – mapeamos atitudes de evitação num fluxo de interações entre objetos e pessoas e entre pessoas que reconhecemos como emoções e sensações de nojo, repulsa e repugnância em conexão também com a manutenção de uma posição adequada para si em meio a um espectro mais diversificado de estranhos. Configura-se, portanto, uma micro-política específica na qual a impossibilidade de excluir ou de manejar diretamente o outro em sua conduta considerada repugnante⁸ foi traduzida em uma atitude de distanciamento e de disjunção via evitação de contato, mesmo que mediado, com a corporalidade do outro. Uma evitação que, por sua vez, comportava conflitos com as convenções higiênicas e de zelo pelo bem público que, na hierarquia de valores subjacente às experiências investigadas, apareceram como sendo secundárias à preservação das fronteiras morais e físicas do indivíduo.

Desta perspectiva, podemos pensar que estaria em desenvolvimento certa cultura emocional¹⁹: crenças sobre a natureza, causas, distribuições, valores e dinâmicas de emoções em geral e de sentimentos específicos, na qual o sentimento de nojo pelo outro se constitui e se afirma expressando-se em práticas de improvisação que, por sua vez, realimentariam o sentimento inicial que as gerou; em um processo interativo no qual, no entanto, ambas as práticas e as emoções seriam valoradas negativamente, pois não seria moralmente apropriado não lavar as mãos após defecar e urinar ou acionar a descarga com os pés e tampouco

nutrir sentimentos de repulsa e repugnância com relação a outros seres humanos. Num universo não muito diferenciado em sua composição como o campus universitário, se comparado com os banheiros públicos de estações de transporte coletivo e centros comerciais, por exemplo, encontramos uma acentuada atitude de não confiabilidade e de esgarçamento de laços de compartilhamento com o outro, o estranho próximo, em relação a valores considerados fundamentais nesse espaço: o zelo pelos seus próprios fluidos corporais e o cuidado de não expor o outro ao seu contato no manejo de equipamentos de uso comum.

Talvez observemos aqui uma tensão entre normas de sentimento (o que é adequado sentir), normas de expressão (como e quando se deve demonstrar os sentimentos) e valores em jogo (individualidade, higiene, civildade) no arranjo espacial dos banheiros públicos que apontem também para a compreensão da convivência em outros espaços públicos. Referimo-nos em especial ao movimento pelo qual sentimentos são situacionalmente redefinidos e, assim, impelem a determinadas ações e conformam experiências nas quais o patamar de interação dar-se-ia na direção de restringir quem se antecipa como sendo parte da mesma comunidade moral: aqueles com os quais se tem uma experiência prévia positiva de compartilhamento de valores e práticas. A confiança desenvolvida em bases impessoais²⁰ fundamentais às concepções de civildade e civismo, nas formas públicas em geral, estaria, assim, comprometida e limitada, pois a princípio o outro, o desconhecido, é objeto de suspeição.

Se considerarmos que os sentimentos significam formas de engajamento no mundo social⁶ podemos vislumbrar, a partir desta etnografia dos banheiros públicos universitários, uma agenda importante de investigação na qual as emoções, especialmente aquelas sentidas diretamente no corpo, em espaços públicos operem como mediadores metodológicos (via observação das interações sociais e o manejo emocional que comportam) e teóricos (via reflexão sobre a intersubjetividade e os arranjos materiais que as engendram e a agência que comportam) nas passagens, nem sempre fáceis de realizar, entre fenômenos de ordem micro e macro da vida social, mas, principalmente, na compreensão dos caminhos cotidianos pelos quais os laços sociais são tecidos, modificados, feitos e desfeitos no permanente processo de reunir e separar que marca a existência em sociedade.

REFERÊNCIAS

1. Durand JY. A diluição do consenso: a água de “fonte da vida” a “patrimônio coletivo”. *Etnográfica*. 2003; 7(1):15-31
2. Elias N. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 1994.
3. Vigarello G. Concepts of cleanliness: changing attitudes in France since the middle age. Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Maison des Sciences de L’Homme; 1988.
4. Lutz C , White G. The anthropology of emotions. *Annual Review of Anthropology*. 1986; 15:405-436
5. Rezende CB. Mágoas de amizade: um ensaio em antropologia das emoções. *Mana*. 2002. 8 (2): 69-89.
6. Rosaldo M R. “Toward an anthropology of self and feeling”. In: Schweder R A, Robert A L, editors. *Culture theory: essays in mind, self, and emotion*. Cambridge: Cambridge University Press; 1984.
7. Cardoso de Oliveira LR. O ofício do antropólogo, ou como desvendar evidências simbólicas. *Série Antropologia*. 2007; 413:6-21.
8. Heilborn ML. Antropologia e saúde: considerações éticas e multidisciplinaridade. In: Ceres V, Oliven R G, Maciel M E, Oro A P., organizadores. *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói: EdUFF; 2004. 207 p.
9. Douglas M. Pureza e perigo. São Paulo: Perspectiva; 1976.
10. Banfield E. The moral basis of a backward society. New York: The Free Press; 1967.
11. Osório P. “Qual a lógica de ir ao banheiro e não dar descarga?”: comportamento e representações sociais no espaço dos banheiros. [Monografia]. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia; 1998.
12. Delabrida ZNC. O cuidado consigo e o cuidado com o ambiente físico: estudos sobre o uso do banheiro público. [Tese]. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2010. Doutorado em Psicologia
13. Aarts H, Dijksterhuis AP, Ruud C. Automatic normative behavior in environments: the moderating role of conformity in activating situational norms. *Social Cognition*. 2003 dec.; 21(6):447-464.
14. Aarts H, Dijksterhuis A. The silence of the library: environment, situational norm, and social behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*. 2003, 84(1): 18-28.
15. Feres Júnior J; Eisenberg J. Dormindo com o inimigo: uma crítica ao conceito de confiança. *Dados rev. ciênc. sociais*. 2006;49(3):457-481.
16. Miller WI. The anatomy of disgust. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
17. Oring E. From uretics to uremics: a contribution toward the ethnography of peeing. In: Klein N. *Culture, cures and contagion: reading for medical social science*. California: Chander and Sharp Publishers, 1979.
18. Teixeira C. Políticas de saúde indígena no Brasil em perspectiva. In: Lima A C S L, Baines S G, Silva C T., organizadores. *Problemáticas sociais para sociedades plurais: políticas indigenistas, sociais e de desenvolvimento em perspectiva comparada*. São Paulo: Annablume; 2009. 248 p.
19. Thoits, PA. Emotion norms, emotion work, and social order. In: Manstead AS, Nico F, Agneta F (eds). *Feelings and emotions*. Cambridge: Cambridge University Press; 2004.
20. Uslaner E M. The moral foundations of trust. Cambridge: Cambridge University Press; 2002.

Artigo apresentado em 21/03/2011

Aprovado em 06/05/2011